



Senado Federal
Gabinete do Senador Wilson Santiago

PARECER Nº , de 2011 - CMA

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sobre o PLS nº 438, de 2007 que altera a Lei nº 8.443/92, de autoria do Senador Gerson Camata.

Relator: Senador Wilson Santiago

I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o PLS nº 438/2007, de autoria do Sen. Gerson Camata, que altera a Lei nº 8.443/92.

O projeto original atribuía as seguintes competências ao Tribunal de Contas da União:

“a) fiscalização de todos os atos praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição;

b) realizar auditoria operacional nas agências reguladoras com fim de avaliar o desempenho da entidade e de seus diretores, encaminhando a decisão e o inteiro teor do processo ao Senado Federal até o dia 31 de maio de cada exercício.”



O presente Projeto foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que o aprovou, na forma do substitutivo aprovado pelo Senador Tasso Jereissati, que, de acordo com a apreciação daquela Comissão, escoimou os vícios de constitucionalidade nele existentes, mantendo a competência explícita de proceder auditorias operacionais anuais nas agências reguladoras.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Pelo ordenamento constitucional vigente a competência original de controle externo tem a titularidade do Congresso Nacional (art. 70) e como órgão auxiliar, com competências constitucionais próprias (art. 71 da CF), o Tribunal de Contas da União.

No art. 70 da Carta Magna, há expressamente a competência de se procederem a avaliações de natureza contábil, financeira e operacional dos órgãos dos Poderes pelo Poder Legislativo (com ou sem auxílio do Tribunal de Contas da União) e a Lei nº 8.443/92, complementada pelo Regimento Interno daquele Tribunal, definem os objetivos da auditoria operacional. Nesse sentido já existe a competência constitucional do TCU de realizar as avaliações das Agências e do Congresso de solicitá-las

O que há de inovador nesse dispositivo é a previsão de realização de auditorias de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional anuais em todas as agências reguladoras. Esse procedimento é louvável, mesmo considerando que a realização de avaliações operacionais demoram de quatro a seis meses para a sua conclusão e que é necessário um tempo de implantação para que as recomendações de avaliações operacionais possam ser efetuadas, surtirem efeito e, posteriormente, serem monitoradas e novamente avaliadas.

Destacamos, também, que a previsão anual não impede que, quando a situação assim o exigir, o Congresso Nacional ou qualquer uma de



Senado Federal
Gabinete do Senador Wilson Santiago

suas Casas ou Comissões solicite ao TCU alguma outra auditoria, avaliação ou monitoramento que julgar necessário.

Assim, tendo por objetivo manter o Congresso Nacional informado e as Agências devidamente fiscalizadas somos de opinião que o presente Projeto de Lei merece acolhimento favorável desta Casa.

III - VOTO

Ante todo o exposto, voto pela aprovação no mérito da proposta, na forma da emenda nº 1, apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Reuniões , em

, Presidente

,Relator